



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

(Aquisição de bens, exceto de informática)

NP 01 - Termo de Referência - Aquisição de Bens, exceto TIC Nº 1/2025 - SECAO DE SERVICOS DE SAUDE

Orientações para elaboração do **Formulário V-01 - Termo de Referência** encontram-se disponíveis na Intranet do PJES, em "Norma de Procedimentos" - Formulários da NP 01 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos.

1- UNIDADE REQUISITANTE:

2- OBJETO:

Aquisição de materiais equipamentos destinados ao funcionamento da CSPA, indispensáveis ao atendimento de saúde dos magistrados, servidores e estagiários do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES). As especificações e quantidades estimadas estão descritas tecnicamente no item 06 deste Termo de Referência.

3- OBJETIVO:

A aquisição visa oferecer recursos para subsidiar o atendimento de saúde realizado na CSPA, garantindo o funcionamento, a continuidade dos serviços prestados, bem como a manutenção dos estoques. Os materiais permanentes que serão adquiridos também irão garantir a acessibilidade ao atendimento realizado na CSPA, assegurando condições adequadas a todos os usuários, inclusive pessoas com mobilidade reduzida. Dessa forma, os resultados esperados com a aquisição são: melhoria da qualidade e tempestividade dos serviços de saúde prestados; aprimoramento do desempenho e da eficiência das rotinas desenvolvidas pela CSPA; atendimento contínuo, eficiente e seguro, com consequente melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores

4- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A CSPA presta assistência à saúde a magistrados, servidores e estagiários do PJES, atuando diariamente no Tribunal de Justiça e, de forma programada, nas comarcas de todo o Estado. Além dos atendimentos de livre demanda, a unidade também realiza os exames periódicos de saúde, reforçando sua atuação preventiva e de acompanhamento da saúde dos trabalhadores.

Diante disso, a contratação proposta é essencial para a manutenção adequada dos estoques de materiais e equipamentos médico-hospitalares, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços de assistência e dos exames periódicos realizados pela CSPA.

Esta aquisição está devidamente alinhada ao Planejamento Estratégico do PJES 2021-2026, dentro do Macrodesafio: "Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas", em consonância com o objetivo estratégico de "Consolidar a valorização de magistrados e servidores", por meio da iniciativa estratégica de "Implantar ações que promovam a saúde e qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua".

Há previsão orçamentária para esta contratação prevista no "Melhorar o nível de saúde dos trabalhadores, atendendo e dando encaminhamentos externos, se for o caso, a 100% das demandas que chegam à CSPA" atividades: "3.3.90.30.36 - Material Hospitalar"; "3.3.90.30.09 - Material Farmacológico" e "4.4.90.52.08 - Aparelhos, equipamentos e utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar".

5- CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

Materiais e equipamentos médico-hospitalares com características e quantidades estimadas discriminadas no item 06.

Objetivando a realização de pregão eletrônico, informamos os códigos CATMAT dos itens mais similares do compras.gov.br, porém, algumas especificações técnicas dos códigos informados não corresponderão exatamente às especificações do Termo de Referência, devendo ser adotadas na íntegra as especificações deste Termo, que serão exigidas na entrega dos materiais.

Os materiais ofertados deverão atender perfeitamente aos padrões técnicos de segurança e deverão ser novos, de primeiro uso, genuínos, de boa qualidade, obedecer às normas e padrões da ANVISA, da ABNT, do INMETRO e demais normas nacionais e internacionais aplicáveis e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), devendo ser observado principalmente a prescrição contida no seu artigo 39, VIII.

Os produtos entregues deverão possuir prazos de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega dos materiais solicitados.

6- QUANTIDADE:

Quantidades descritas conforme lote abaixo:

LOTE 1- Material médico-hospitalar

ITENS	CATMAT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
1	269941	Álcool etílico 70% ; tipo hidratado; concentração 70%; líquido; indicado para uso antisséptico e desinfetante; frasco tipo almotolia contendo 100 ml; apresentação conforme legislação vigente; unidade de fornecimento: unidade (UN).	UN	100
2	483367	Curativo adesivo transparente ; tipo bandagem; hipoalergênico; flexível e resistente à água; com almofada central absorvente que não aderente à ferida; embalagem individual estéril; tamanho padrão aproximado 19 mm x 72 mm; apresentação conforme legislação vigente; unidade de fornecimento: caixa com 40 unidades (CX).	CX	10
3	609094	Estetoscópio adulto ; diafragma anti-frio e sintonizável para sons de alta e baixa frequência; auscultador biauricular em aço inox; tubo em PVC isento de látex, comprimento 71–78 cm; olivas de silicone macias e substituíveis; apresentação conforme legislação vigente; unidade de fornecimento: unidade (UN).	UN	4
4	278969	Fita adesiva cirúrgica em crepe ; tipo monoface; com massa adesiva antialérgica e atóxica; cor branca; dimensões de 25 mm x 50 m; acondicionada em embalagem que assegure a integridade e a higiene do produto; devendo atender à legislação e normas técnicas vigentes; unidade de fornecimento: unidade (UN).	UN	20
5	389338	Lanceta automática para teste de glicose G28 ; dispositivo de punção capilar de uso individual; agulha 28 G (aprox. 0,36 mm); profundidade de punção adequada para coleta de sangue capilar; confeccionada em polímero plástico rígido, atóxico; com sistema injetor em aço inox; trifacetado (bisel trifacetado); com sistema de trava,c/dispositivo retrátil; acionamento por pressão, dispensando montagem ou carregamento; esterilizada por radiação ou óxido de etileno ou radiação gama; em embalagem original que garanta a qualidade do produto; apresentação conforme legislação vigente; unidade de fornecimento: unidade (UN).	UN	500
6	481790	Lençol de papel descartável ; confeccionado em celulose reciclada de primeira qualidade; textura firme e resistente, garantindo maior durabilidade durante o uso; cor branca; dimensões de 50 cm x 50m; acondicionado em invólucro individual de plástico atóxico, que assegure a integridade e a higiene do produto; rotulagem em conformidade com a legislação e normas técnicas vigentes; unidade de fornecimento: unidade (UN).	UN	100
7	485312	Máscara cirúrgica descartável ; em não tecido à base de fibras de polipropileno; clip nasal e pregas horizontais; fixação auricular com elástico; três camadas soldadas eletronicamente; hipoalérgica e hidrorrepelente; filtro EBF com 97% de eficiência de filtração bacteriana; embalagem que garanta a integridade do produto; apresentação conforme legislação vigente; caixa com 50 unidades; unidade de fornecimento: caixa (CX).	CX	100
8	452796	Solução fisiológica de cloreto de sódio 0,9% ; solução isotônica estéril, apirogênica; uso tópico externo; lacre inviolável; frasco com rosca twist off contendo 100 ml; apresentação conforme legislação vigente; unidade de fornecimento: unidade (UN).	UN	300
9	339565	Tiras reagentes para medida de glicemia compatível com medidor Optium Xceed; para amostra de sangue capilar entre 1-5 µL; faixa de medição mínima ≤20 mg/dl, e máxima ≥500 mg/dl; método de leitura por enzima glicose desidrogenase (GDH); tiras embaladas individualmente. Registro na Anvisa. unidade de fornecimento: unidade (UN).	UN	500

LOTE 2- Equipamento médico-hospitalares

ITENS	CATMAT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
1	612434	Balança para pesagem de usuários de cadeira de rodas; plataforma ampla em aço carbono ou aço inox, com superfície antiderrapante; capacidade mínima de 200 kg; display digital com leitura em kg, divisão de 100g; função tara e retenção de peso; sistema de rampas de acesso para cadeiras de rodas; roda e pés niveladores para estabilidade; alimentação elétrica (110V ou bivolt) ou bateria recarregável; dimensões aproximadas da plataforma: comprimento 90 a 120 cm; largura 90 a 120 cm; altura do chão à plataforma 5 a 10 cm; conforme RDC Anvisa nº 185/2001 e normas de acessibilidade ABNT NBR 9050; unidade de fornecimento: UN. Homologada pelo INMETRO.	UN	1
2	399812	Maca clínica com ajuste de altura eletrônico (110 V ou bivolt) ou hidráulico; estrutura em aço com pintura epóxi; leito estofado em material impermeável e de fácil higienização; sistema de elevação acionado por motor elétrico com controle remoto, ou por acionamento de pedal hidráulico, conforme modelo; capacidade máxima entre 140 e 180 kg; dimensões aproximadas: comprimento 1,80 a 2,00 m; largura 60 a 70 cm; altura ajustável de 50 a 85 cm; unidade de fornecimento: unidade (UN); registro na ANVISA.	UN	1

7- JUSTIFICATIVA PARA A QUANTIDADE SOLICITADA:

As quantidades apresentadas são estimativas com base no histórico de consumo registrado nos últimos cinco anos, às quais foram acrescidos percentuais estimativos visando contornar eventuais déficits.

8- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não se aplica.

9- METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO BEM ADQUIRIDO:

9.1 Os produtos serão conferidos no ato do recebimento e serão aceitos considerando as seguintes condições:

9.1.1 Os materiais foram entregues nas quantidades solicitadas;

9.1.2 Os materiais correspondem àqueles especificados no edital, devendo sempre ser novos e constar: marca, fabricante, procedência, prazo de validade, tipo de esterilização (quando estéril) e número do lote;

9.1.3 Os produtos deverão apresentar o número de registro ou notificação na Anvisa, conforme RDC nº 751/2022, quando aplicável;

9.1.4 Os materiais foram entregues dentro dos prazos de execução propostos.

9.2 Não serão aceitos materiais divergentes quanto à marca ou à especificação informados na proposta de preços da empresa vencedora, salvo motivo relevante, devidamente justificado, desde que não enseje qualquer prejuízo aos cofres públicos ou à qualidade do material ofertado;

9.3 A assinatura do canhoto da Nota Fiscal indicará, tão somente, que o TJES está de acordo com a quantidade dos produtos entregues;

9.4 O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto

10- AMOSTRA:

Não se aplica.

11- PRAZO DE VIGÊNCIA, SE HOUVER:

Por se tratar de fornecimento único não haverá Contrato.

12 – FORMA DE FORNECIMENTO DO BEM:

12.1 O Fornecimento dos materiais solicitados será de **forma única e integral** em embalagens que garantam o perfeito estado de conservação dos produtos;

12.2 A Ordem de Fornecimento será encaminhada à contratada para o endereço eletrônico fornecido no momento da licitação, devendo a empresa confirmar seu recebimento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. Em caso de ausência de recebimento no prazo apresentado, será a Ordem de

Fornecimento encaminhada através de Aviso de Recebimento, para o endereço físico informado na licitação;

12.2.1 A data do recebimento, para efeito de contagem de prazo, será considerada a data em que a CONTRATADA confirmou o recebimento da Ordem de Fornecimento através do endereço eletrônico ou pelo retorno do Aviso de Recebimento pela empresa de Correios, o que ocorrer primeiro.

12.3 A CONTRATADA deverá entregar os itens na Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde, em dias úteis e horário funcional (12 às 18 horas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento de materiais;

12.4 A entrega dos produtos deverá ser acompanhada de Nota Fiscal Eletrônica preenchida, contendo as quantidades solicitadas, valor unitário do item, valor total por item e valor total dos produtos;

12.4.1 O documento fiscal deverá ser emitido em nome do Poder Judiciário do Espírito Santo, CNPJ 27.476.100/0001-45, Endereço: R. Desembargador Homero Mafra, nº60, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP: 29.050-906.

12.5 A entrega do(s) objeto(s) será acompanhada e fiscalizada pela enfermeira Juliana Bozzato Schunk representante da CSPS/TJES, designada para esse fim;

12.6 A operação de carga, transporte e descarga, correm por conta e risco da Contratada, devendo ser efetuada a entrega no seguinte endereço: Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde, Tribunal de Justiça do Espírito Santo - Rua Desembargador Homero Mafra nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES- CEP: 29.050.906.

13 – DEVERES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

13.1 São deveres da CONTRATADA:

13.1.1 Manter os dados para contato e identificação atualizados. Entre os dados para contato deverá constar endereço físico, telefone e e-mail;

13.1.2 Comunicar qualquer anormalidade e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as solicitações encaminhadas pela CSPS;

13.1.3 Arcar com prejuízos causados à Administração, podendo ser descontados nas faturas de entrega de materiais;

13.1.4 Entregar os materiais solicitados pela CSPS no prazo previsto no item 12.3 deste Termo de Referência, isentos de defeitos de fabricação;

13.1.5 Entregar os produtos na presença do servidor devidamente designado, no local informado neste Termo, conforme itens 12.5 e 12.6;

13.1.6 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial, quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

13.1.7 Entregar os materiais rigorosamente com a mesma especificação daqueles aprovados e descritos neste Termo de Referência, atendendo os padrões de qualidade e aceitação;

13.1.8 Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua utilização, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação que lhe for entregue oficialmente;

13.2 São deveres da CONTRATANTE:

13.2.1 Acompanhar a entrega dos materiais, observando sua conformidade de acordo com o item 09 deste Termo de Referência;

13.2.2 Fiscalizar a entrega dos materiais podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

13.2.3 Contatar diretamente a Contratada nos casos em que seja necessária a substituição do material não conforme ou defeituoso;

13.2.4 Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na entrega dos materiais;

13.2.5 Certificar a entrega dos materiais nos documentos de pagamento;

13.2.6 Fiscalizar a execução do objeto, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

13.2.7 Efetuar o pagamento à contratada no prazo determinado, conforme item 14;

13.2.8 Notificar, por escrito, à Contratada, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

14- FORMA DE PAGAMENTO:

14.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias do recebimento dos produtos, mediante apresentação prévia de nota fiscal eletrônica em conformidade com as especificações técnicas.

14.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal, juntamente com todos os documentos abaixo listados:

- 14.2.1 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- 14.2.2 Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias;
- 14.2.3 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 14.2.4 Certidão Negativa de Débito Estadual;
- 14.2.5 Certidão Negativa de Débito Municipal, do Município da empresa;
- 14.2.6 Certidão Negativa de débitos trabalhista (CNDT);
- 14.2.7 Declaração de optante pelo SIMPLES, quando for o caso.

14.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada, somente após a entrega dos materiais, conforme os prazos e as quantidades estabelecidos entre o PJES e a contratada, com a verificação de conformidade do produto com o solicitado e da eventual atestação da nota fiscal eletrônica.

14.4 Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso exista pendência quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça Trabalhista.

14.5 O descumprimento, pela contratada, do estabelecido no parágrafo acima, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

14.6 O PJES pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada.

14.7 A CSPS deverá informar, quando do encaminhamento da documentação para pagamento, a existência de possíveis multas a serem aplicadas à empresa, de modo que a Administração poderá reter preventivamente nas notas fiscais atestadas o valor da multa presumida.

15- GARANTIA CONTRATUAL:

Não se aplica.

16- GARANTIA DO OBJETO:

Não se aplica.

17- PENALIDADES:

17.1. Em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Edital, a contratada que descumprir as obrigações pactuadas ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 168 da Lei nº 14.133/2021, bem como às penalidades específicas a seguir descritas:

17.1.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais e/ou na substituição do objeto entregue em desacordo com os termos do Edital, a contratada estará sujeita à aplicação de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do objeto inexecutado, constante na ordem de entrega, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento) por ocorrência (entrega ou substituição).

a) Entende-se por substituição qualquer correção necessária no material entregue, seja a troca de parte ou do todo.

17.1.2 Pela inexecução total do objeto, a contratada estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto inexecutado, considerando-se as quantidades e valores constantes da respectiva ordem de entrega.

17.1.3 Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação contratual, a contratada estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do objeto inexecutado, observadas as quantidades e valores constantes da ordem de entrega.

17.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias na entrega ou na substituição do objeto caracterizará inexecução total da obrigação, sujeitando a contratada às penalidades previstas no subitem 17.1, alínea “b”.

17.3. Qualquer pedido de prorrogação de prazo de entrega, substituição de produto ou marca, defesa prévia de penalidade ou outro requerimento da contratada deverá ser apresentado exclusivamente por meio digital, em documento emitido em papel timbrado da empresa, assinado eletronicamente e encaminhado ao correio eletrônico institucional indicado pela Administração, antes do vencimento do prazo original ou contemporaneamente ao fato que o motivar.

17.4. A aplicação das multas previstas neste Termo de Referência não exime a contratada da obrigação de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração, conforme o disposto no art. 161, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados judicialmente, nos termos do art. 162, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

17.6. A aplicação das penalidades será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme estabelecido nos arts. 158 e 160 da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 9.784/1999. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do envio da comunicação da irregularidade à contratada.

17.7. A contagem do prazo referido na alínea "a" do subitem 17.1 iniciar-se-á automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou substituição do objeto adjudicado, independentemente de solicitação formal, salvo se a Administração manifestar expressamente desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

17.8. A perda da regularidade fiscal ou trabalhista da contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do art. 137, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

18- RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

Nos termos dos artigos 140 a 144 da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação será recebido da seguinte forma:

- a) **Recebimento provisório:** no ato da entrega de cada parcela do(s) produto(s), para imediata verificação da conformidade do material com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.
- b) **Recebimento definitivo:** em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e demais condições do material, e consequente aceitação pela Administração.

Parágrafo único: O recebimento definitivo não exige a contratada de responder pela qualidade, regularidade e conformidade dos materiais fornecidos, nos termos do art. 142 da Lei nº 14.133/2021.

19- PROCEDIMENTO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Para a presente contratação não há previsão de contrato.

20- DESCREVER O PROJETO PREVISTO NA LOA:

Esta aquisição está devidamente alinhada ao Planejamento Estratégico do PJES 2021-2026, macrodesafio: aperfeiçoamento da gestão de pessoas, AC 10.01.002- "Implantar ações que promovam a saúde no trabalho, de forma integrada e contínua".

Elementos de despesa:

3.3.90.30.36 – Material Hospitalar;

3.3.90.30.09 - Material Farmacológico;

4.4.90.50.08 – Aparelhos, equipamentos e utensílios médico-odontológicos, laboratoriais e hospitalar.

21- INDICAÇÃO DOS GESTORES DO CONTRATO:

Considerando que se trata de entrega única, a formalização de contrato não se faz necessária.

Assinam este documento, o servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência, sua chefia imediata e o Secretário da Unidade.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA BOZZATO SCHUNK, ANALISTA JUDICIARIO AE ENFERMAGEM**, em 30/10/2025, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA OPPENHEIMER PITANGA BORGES, COORDENADOR DE SERVICOS PSICOSSOCIAIS E DE SAUDE**, em 30/10/2025, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CYRO CESAR MACHADO FRUGULHETTI, SECRETARIO DA SECRETARIA DE GESTAO DE PESSOAS**, em 05/11/2025, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2878022** e o código CRC **A5D6A8EC**.